



“Tereza da Praia”, de Igor Maciel, nanquim sobre papel, 2020

O conceito de masculinidade na obra de Raewyn Connell*

Francisco Edimar do Nascimento Júnior**

Paulo Coelho Castelo Branco***

Walberto Silva dos Santos****

Resumo

Este artigo objetiva analisar o desenvolvimento do conceito de masculinidade hegemônica no pensamento de Raewyn Connell. Utilizando-se o Procedimento de Interpretação Conceitual de Texto (PICT), foram analisadas três obras da autora: *Gender and power: Society, the person and sexual politics* (1987), *Masculinities* (1995), *Hegemonic masculinity: Rethinking the concept* (2005). A partir das análises, elaboraram-se três sínteses interpretativas, a saber: masculinidade e feminilidade - dois polos de um contínuo; a relação entre masculinidades - uma dinâmica de poder; repensando o conceito de masculinidade hegemônica.

Palavras-chave: Masculinidades, Masculinidade Hegemônica, Relações de Poder.

* Recebido em 9 de janeiro de 2025, aceito em 6 de novembro de 2025. Editoras/r responsáveis pelo processo de avaliação: Natália Corazza Padovani, Julian Simões, Luciana Camargo Bueno. Declaração de disponibilidade de dados: Uso de dados não informado; nenhum dado de pesquisa gerado ou utilizado.

** Mestrando em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, CE, Brasil. edimarnascimento.psi@gmail.com / <https://orcid.org/0000-0002-7517-9565>

*** Docente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, CE, Brasil. pauloccb branco@gmail.com / <https://orcid.org/0000-0003-4071-3411>

**** Docente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, CE, Brasil. walbertosantos@ufc.br / <https://orcid.org/0000-0001-6816-0105>

Introdução

A partir das discussões levantadas pela segunda onda do movimento feminista, historicamente situada no período entre 1960 e 1980, problematizou-se a naturalização dos papéis sociais de gênero, assim como os elementos que contribuíam para o processo de dominação masculina (Da Silva; Do Carmo; Ramos, 2021). Essas análises fomentaram pesquisas voltadas não somente para as questões relacionadas à situação das mulheres na sociedade, mas também incentivaram a realização de pesquisas direcionadas à compreensão de aspectos psicológicos e comportamentais dos homens. Entende-se que questões relacionadas ao comportamento masculino já haviam sido discutidas anteriormente, entretanto, a ênfase em compreender o gênero como resultado das relações sociais, como proposto pela segunda onda do movimento feminista, possibilitou a análise das questões masculinas de uma perspectiva não essencialista, resultando no desenvolvimento de novas perspectivas teóricas (Betz; Fitzgerald, 1993; Eagly, 1987).

As discussões acerca do comportamento masculino ocorreram em diferentes perspectivas, como a concepção psicanalítica, a perspectiva organicista, o recorte antropológico, dentre outras (Bem, 1974; Connell, 1995; Louro, 1997). Assim sendo, observa-se que o desenvolvimento conceitual e a pesquisa empírica ocorreram concomitantemente, de modo que foram estabelecidas múltiplas conceituações e métodos para estudar o comportamento masculino e a masculinidade (Cochran, 2010). Essa multiplicidade de perspectivas permanece na atualidade e oferece diferentes compreensões acerca da masculinidade. Para um aprofundamento dessas discussões, recomenda-se as revisões de literatura realizadas por Archer (2019), Schneider e Bos (2019) e O'Neil (2008).

Nesse cenário, identifica-se ainda que as múltiplas conceituações de masculinidade foram estabelecidas não somente entre as diferentes áreas de pesquisa, mas também dentro de um mesmo viés teórico-metodológico (Bem, 1974; Ferreira, 1995). Observa-se, destarte, que essa multiplicidade conceitual enriquece o debate sobre masculinidade ao ampliar as possibilidades de pesquisa; contudo, a despeito disso, tal multiplicidade se apresenta, também, como um fator de confusão ao dificultar - e por vezes impossibilitar - um diálogo entre os diferentes achados de pesquisa.

Segundo Cochran (2010), as pesquisas acerca da masculinidade podem ser agrupadas em quatro paradigmas: 1) essencialista, biológico e evolucionário; 2) identidade de papéis de gênero; 3) tensão de papéis de gênero; 4) construcionista social e da masculinidade hegemônica. A partir desses paradigmas, é possível se identificar os pontos de confluência e divergência entre as teorias que discutem a masculinidade.

O Paradigma Essencialista, Biológico e Evolucionário contempla explicações que visam compreender o comportamento masculino e a masculinidade em função de variáveis biológicas, de modo que fatores orgânicos como estrutura anatômica, neurotransmissores e hormônios são tomados como determinantes do comportamento masculino (Buss, 1995; Cochran, 2010; Mackey, 2001). Nesta perspectiva, desconsidera-se a relevância das variáveis culturais na explicação da masculinidade, assim como se infere uma correspondência entre comportamento masculino e masculinidade.

Em dissonância com o primeiro paradigma, as teorias acerca da Identidade de Papéis de Gênero, considerada o segundo paradigma, propõem que a cultura tem um papel importante na determinação da forma como os homens se comportam. Entretanto, a cultura atua somente sobre o potencial intrínseco ao organismo, de modo que o desenvolvimento da identidade de gênero se inicia no nascimento e se desenvolve durante a vida do sujeito (Bem, 1974; Cochran, 2010; Rubinstein, 2003). Observa-se que essa concepção dialoga com conceitos psicanalíticos e uma visão internalista da masculinidade. Além disso, também busca estabelecer instrumentos que possibilitem identificar e classificar os sujeitos a partir de características masculinas e femininas (Bem, 1974; Rubinstein, 2003).

O terceiro paradigma se afasta das perspectivas que abordam o comportamento masculino como determinado por fatores biológicos e considera a masculinidade como culturalmente definida. Sendo assim, teoriza-se que a forma como os homens agem é influenciada pela tensão dos papéis sexuais (Garnets; Pleck, 1979; O'Neil, 1981; O'Neil, 2008). Garnets e Pleck (1979)

propõem que as tensões entre o “eu real” e o “autoconceito ideal” culturalmente definido para o gênero masculino produzem as tensões dos papéis sexuais, que seriam fatores determinantes para o sofrimento psicológico dos homens. Destaca-se que, nessa perspectiva, a masculinidade é percebida como um processo intrapsíquico que pode ser contraditório e inconsistente. O’Neil (1981) propõe um conjunto de hipóteses acerca desses tensionamentos e dos seus impactos na vida dos homens.

No último paradigma, mantém-se a concepção de que a masculinidade é uma produção cultural, entretanto, rejeita-se a concepção internalista como forma de explicação desse fenômeno e se propõe uma perspectiva bidirecional na qual a masculinidade influencia o sujeito, mas também é influenciada por ele, podendo ser contestada em interações sociais e interpessoais (Connell, 1995; Connell; Messerschmidt, 2005; Emslie *et al.*, 2006; Korobov, 2004). Partindo dessa concepção da masculinidade, pode-se inferir que cada cultura estabelece seu ideal de masculinidade, de modo que não há uma masculinidade unitária, mas, sim, múltiplas masculinidades coexistindo no meio social (Connell, 1995; Connell; Messerschmidt, 2005).

Dentre as conceituações de masculinidade no quarto paradigma, destaca-se a concepção de masculinidade hegemônica proposta pela socióloga australiana Raewyn Connell no livro *Gender and power: Society, the person and sexual politics* (1987), por apresentar a masculinidade como uma relação dinâmica entre masculinidade e feminilidade, enfatizando uma perspectiva não essencialista, e considerar que a forma de agir dos homens é simultaneamente produtora e produto dessa masculinidade (Connell, 1987). Essa concepção de masculinidade dialoga com diferentes teorias no campo da Sociologia e da Psicologia, de modo que passou a ser amplamente utilizada como base teórica de diversas pesquisas (Bufkin, 1999; Connell, 1995; Guerra *et al.*, 2015; Morris; Evans, 2001; Skelton, 1993; Souza; Lima; Ferreira, 2023; Valério, Castro; Florêncio, 2022). Nesse sentido, observa-se que o conceito de masculinidade hegemônica foi modificado ao longo da obra de Connell em função de resultados empíricos; porém, também, são identificadas novas formulações teóricas acerca desse conceito que demandam o desenvolvimento de novas pesquisas (Connell, 1995; Connell; Messerschmidt, 2005). Destaca-se que esses processos não são lineares, de modo que questões teóricas podem permanecer em aberto por tempo indeterminado, assim como os resultados de pesquisas empíricas, que são contraditórios a determinado conceito, não refutam imediatamente a teoria (Chalmers, 1993).

Considerando-se a difusão do conceito de masculinidade hegemônica por diferentes áreas do conhecimento e seu uso recorrente nas pesquisas sobre masculinidade, torna-se relevante compreender o desenvolvimento desse conceito de modo a identificar quais aspectos apresentam fundamentação empírica, quais questões são lançadas por ele que demandem um olhar sobre a própria teoria e como esse conceito tem sido (re)pensado nas diversas pesquisas. Entretanto, a partir da busca realizada em julho de 2024 nas bases de dados SciELO, PePSIC e LILACS com os descritores “masculinidade hegemônica”, “hegemonic masculinity”, “masculinidad hegemónica”, “conceito”, “concept” e “concepto”, não foi identificada uma pesquisa teórica que contemple a mudança desse conceito na obra de Connell. Diante do exposto, o presente artigo objetiva analisar o desenvolvimento do conceito de masculinidade hegemônica no pensamento de Connell.

O método de uma pesquisa teórica, geralmente, apresenta o caminho percorrido na identificação das fontes, o processo de análise dos textos e a forma como os resultados são estruturados. Compreende-se que esse percurso metodológico está diretamente relacionado aos resultados obtidos e às discussões realizadas, de modo que a síntese teórica resultante da pesquisa não é um fato incontestável, mas, sim, uma possibilidade de interpretação acerca de determinado conceito (Araujo, 2016; Laurenti; Lopes, 2016).

Visando-se analisar o desenvolvimento do conceito de masculinidade hegemônica, foram selecionadas três obras de Raewyn Connell, a saber: *Gender and power: Society, the person and sexual politics* (Connell, 1987), *Masculinities* (Connell, 1995) e *Hegemonic masculinity: Rethinking the concept* (Connell; Messerschmidt, 2005). Estes textos foram utilizados para demarcar pontos de (re)elaboração da concepção de masculinidade hegemônica, permitindo identificar (des)continuidades no pensamento da autora.

Em suma, o livro *Gender and power: Society, the person and sexual politics*, publicado em 1987, apresenta a definição inicial de masculinidade hegemônica, sendo o texto mais citado quando se refere a esse conceito (Connell, 1987); o livro *Masculinities*, publicado em 1995, expande a concepção de masculinidade, estabelece novas categorias de análise e especifica a relação entre masculinidade hegemônica, subordinada, cúmplice e marginalizada (Connell, 1995); por fim, o artigo *Hegemonic masculinity: Rethinking the concept*, publicado em 2005, repensa a concepção de masculinidade hegemônica a partir da forma como esse conceito foi utilizado em diversas pesquisas, responde às críticas recebidas ao longo do tempo e atualiza a definição mediante os achados empíricos e considerações teóricas (Connell; Messerschmidt, 2005). Essas foram as razões pelas quais essas obras foram consideradas representativas para esta pesquisa. Além disso, elas contêm trechos que são representativos das fases do pensamento da autora em tela, em relação aos momentos de elaboração, expansão e reelaboração do conceito de masculinidade, conforme se organiza especificamente no Quadro 1.

Quadro 1. Informações referentes às obras analisadas

Fase do conceito	Obra (ano)	Capítulo	Tópico
Elaboração	Gender and power: Society, the person and sexual politics (1987)	Cap. 8 - Sexual Character	Hegemonic masculinity and emphasized femininity
Expansão	Masculinities (1995)	Toda a obra é destinada à masculinidade	-
Reelaboração	Hegemonic masculinity: Rethinking the concept (2005)	Toda a obra é destinada à masculinidade	-

Fonte: elaboração própria.

Após essa seleção e a organização das obras, realizou-se o Procedimento de Interpretação Conceitual de Texto (PICT) para construir interpretações sobre o material lido e a noção de masculinidade no pensamento de Connell. O PICT é uma forma de análise realizada em quatro etapas, a saber (Laurenti; Lopes, 2016): (1) o levantamento dos principais conceitos e identificação das definições presentes no próprio texto; (2) a caracterização das teses do texto, identificando-as em teses tradicionais, críticas e teses alternativas; (3) elaboração de esquemas a partir das teses identificadas visando estabelecer um esquema geral do texto; e por fim, (4) realização de síntese(s) interpretativa(s) a partir dos esquemas estabelecidos anteriormente. Essas etapas devem ser seguidas para cada fonte identificada, de modo que as diversas sínteses interpretativas possibilitem uma visão ampla das (des)continuidades em relação ao desenvolvimento de um conceito, suas teses (argumentos) e compromissos filosóficos (Laurenti; Lopes, 2016).

Seguindo esse modelo, elaboraram-se três esquemas relacionados às teses tradicionais sobre masculinidade, críticas realizadas sobre estas e novas teses defendidas pela autora. Considerando-se o objetivo deste artigo, o Quadro 2 expõe um esquema referente às principais teses de Connell acerca da masculinidade hegemônica.

Quadro 2. Síntese das principais teses sobre masculinidade hegemônica de Connell

Fase do conceito	Tese sobre masculinidade sintetizada
Elaboração (1987)	As relações entre masculinidades e feminilidades são compreendidas a partir da dominação dos homens sobre as mulheres, de modo que o padrão estabelecido como masculinidade hegemônica possibilita a reprodução do patriarcado e da dominação masculina. A hegemonia, estabelecida por uma forma específica de masculinidade, refere-se não apenas ao uso da força ou métodos de opressão para dominar os outros, mas principalmente a uma forma de dominação legitimada socialmente. Nesse cenário, a masculinidade hegemônica atua como normatizadora do comportamento masculino, entretanto não precisa corresponder à forma como a maioria dos homens age, pois recorre a modelos ideais a partir dos quais os outros

	homens serão medidos. Apesar de a maioria dos homens não atender ao modelo ideal, muitos se aproximam dele e estão dispostos a apoiá-lo, pois se beneficiam das relações de dominação masculina, contribuindo para a manutenção da masculinidade hegemônica.
Expansão (1995)	As relações de gênero são discutidas tanto a partir do binômio masculino-feminino, quanto da relação entre pessoas do mesmo gênero. Enfatiza-se que a concepção de masculinidade hegemônica faz referência a um conjunto de práticas que respondem efetivamente aos problemas enfrentados pelo patriarcado e perpetuam a dominação masculina. Compreende-se que a posição de hegemonia deve ser situada histórica e culturalmente, de modo que qualquer suposição da masculinidade hegemônica como um caráter masculino fixo e imutável deve ser descartada. Nesse contexto, as relações de dominação entre homens são elaboradas a partir das concepções de masculinidades subordinadas, cúmplices e marginalizadas, sendo cada uma compreendida a partir da relação que estabelece com a masculinidade hegemônica. Essa posição de hegemonia é constantemente questionada por outras formas de masculinidade, de modo que há um movimento constante de reafirmação das práticas hegemônicas. Sendo assim, existe a possibilidade de que, neste conflito de poder, novas concepções de masculinidade assumam a posição de masculinidade hegemônica.
Reelaboração (2005)	A partir da proposição de relações hierárquicas entre as masculinidades, tornou-se possível compreender os conflitos existentes entre os homens nos mais diversos contextos. Além disso, a existência de masculinidades que destoam do modelo hegemônico permite teorizar a formulação de masculinidades que busquem a igualdade entre os gêneros. Assim sendo, a concepção de que todas as masculinidades perpetuam a dominação dos homens sobre as mulheres não se sustenta nessa teoria, de modo que essa tese inicial deve ser descartada. Percebe-se que esse conflito entre as masculinidades pode resultar em modificações no padrão de masculinidade hegemônica, de forma que esta assume características de outras masculinidades visando minimizar o conflito e manter-se como dominante. Nesse cenário, reforça-se a compreensão das masculinidades como histórica e culturalmente construída, sendo necessária a análise da masculinidade hegemônica nos níveis local, regional e global, de modo que as concepções de masculinidade se influenciam, mas a masculinidade hegemônica mantém seu caráter normatizador. Torna-se fundamental na concepção de masculinidade hegemônica a compreensão de que esta é passível de mudanças ou mesmo de ser substituída por outro padrão de masculinidade, além de que coloca em pauta os danos que essa concepção acarreta na construção da subjetividade masculina.

Fonte: elaboração própria.

A partir desse esquema, elaboraram-se três sínteses interpretativas acerca do conceito de masculinidade hegemônica na obra da autora: masculinidade e feminilidade – dois polos de um contínuo; a relação entre masculinidades – uma dinâmica de poder; repensando o conceito de masculinidade hegemônica. Estas sínteses estão apresentadas a seguir em termos de resultados e discussão.

Masculinidade e feminilidade – dois polos de um contínuo

Na busca por analisar a relação entre masculinidade e feminilidade, é necessário estabelecer uma compreensão das semelhanças e diferenças entre os conceitos de masculinidade e masculinidade hegemônica. Nesse caso, entende-se que a masculinidade é constituída por todos os elementos que compõem o universo delimitado como masculino, como, por exemplo, a forma de expressar sentimentos e resolver problemas, a relação com o trabalho, a dinâmica familiar, os vínculos afetivos, a relação com a aparência, entre outras variáveis. Para cada elemento, há uma padronização do comportamento masculino, ou seja, estabelece-se a maneira ideal como um homem deveria agir. Esse ideal desempenha um papel normativo sobre o comportamento masculino (Connell, 1987).

Todos os elementos citados para a compreensão da masculinidade também estão presentes na concepção de masculinidade hegemônica, de modo que, ao se falar sobre masculinidade, fala-se simultaneamente sobre masculinidade hegemônica. Nessa perspectiva, o que diferencia a concepção hegemônica das outras formas de masculinidade é o fato de que a masculinidade considerada hegemônica é aquela que recebe maior apoio social, ocupando um papel central em determinada sociedade, de modo que as outras concepções de masculinidade acabam sendo comparadas com ela (Connell, 1987, 1995).

Nessa perspectiva, ao se analisar o conceito de masculinidade, é necessário situá-lo histórica e culturalmente, pois a concepção de masculinidade não se apresenta como uma constante no tempo, mas, sim, como um evento polimorfo que se adapta às demandas da época na qual é formulado (Connell, 1995). Do mesmo modo, o conceito de masculinidade hegemônica não se refere a um padrão universal de masculinidade, mas sim a uma concepção de masculinidade que predomina em determinada cultura e desempenha o papel normatizador sobre os homens em determinado período (Connell, 1987, 1995). Ressalta-se que, nessa concepção, masculino e feminino são conceitos que se desenvolvem conjuntamente, pois, na cultura ocidental, o comportamento masculino, frequentemente, é definido em oposição ao comportamento feminino, estabelecendo esses conceitos como eminentemente relacionais (Connell, 1987).

Ao compreender as noções de masculinidade e feminilidade como polos opostos em um contínuo, torna-se perceptível a existência de múltiplas masculinidades e feminilidades produzidas entre esses dois extremos. Observa-se que a relação entre essas diversas formas de ser masculino e feminino pode ser elaborada como um “jogo de forças” no qual o padrão hegemônico de masculinidade está constantemente se reafirmando e indubitavelmente desvalorizando outras possibilidades. Diante dessa relação de forças, percebe-se que a dominação dos homens sobre as mulheres, crianças e outros homens não ocorre de forma acríica e natural, mas é resultante de processo ativo de construção de práticas culturais e institucionais que validam a dominação masculina (Connell, 1987, 1995).

Pelo exposto, pode-se depreender que a concepção de hegemonia adotada nesse conceito não está relacionada ao uso da força para subjugar as mulheres e eliminar outras masculinidades, ainda que por vezes a força seja utilizada; está relacionada à elaboração de uma concepção de homem, e, portanto, de masculinidade, difundida a partir das práticas religiosas, dos meios de comunicação, da hierarquia de poder organizacional, das estruturas salariais, dentre outros (Connell, 1987). Destaca-se que a masculinidade hegemônica não precisa corresponder à forma como a maioria dos homens se comporta, pois, ao estabelecer como o “homem ideal” deveria se comportar, ela torna-se o parâmetro pelo qual os homens são avaliados. Nesse sentido, a masculinidade hegemônica pode não ser a mais frequente em uma sociedade, mas é apoiada por outras masculinidades que se beneficiam da dominação masculina que ela propicia, sendo estas últimas denominadas como masculinidade cúmplice (Connell, 1987).

A partir dessas concepções de hegemonia e cumplicidade, torna-se possível discutir tanto a relação entre as masculinidades quanto a relação entre as feminilidades. Entretanto, Connell (1987) não identifica uma feminilidade hegemônica, pois as feminilidades são produzidas no contexto de dominação masculina, de modo que não se estabelece uma hierarquia entre elas nos moldes observados entre as masculinidades, assim como não se estabelece uma dominação feminina sobre outros gêneros. Nesse cenário, desenvolveu-se o conceito de feminilidade enfatizada que demarca o padrão feminino que recebe maior apoio cultural e ideológico. Destaca-se que esse padrão de feminilidade exerce papel normatizador entre as mulheres e apresenta como característica marcante a subordinação aos homens, estabelecendo-se, assim, uma relação aparentemente harmoniosa entre masculinidade hegemônica e feminilidade enfatizada (Connell, 1987).

Ao se identificar que a feminilidade enfatizada se desenvolve de modo a aceitar a dominação masculina, fez-se necessário destacar que outras feminilidades adotam o papel de resistência a essa dominação. O fato de que a feminilidade enfatizada não pressupõe a negação ou a subordinação dessas outras feminilidades, como ocorre no caso das masculinidades, resulta na maior amplitude de possibilidades em relação ao que é socialmente compreendido como “ser

feminino” (Connell, 1987). Essas múltiplas feminilidades, frequentemente, ampliam as tensões entre elas e masculinidade, demandando que a masculinidade hegemônica se reconfigure para minimizar esses conflitos. E, a partir dessa reconfiguração, novas masculinidades podem ser desenvolvidas e disputam a posição de hegemonia (Connell, 1987; Connell; Messerschmidt, 2005).

Torna-se notório que a relação entre masculinidade e feminilidade é um fator que influencia desenvolvimento, manutenção e modificação das masculinidades, entretanto o conceito de feminilidade enfatizada foi pouco explorado na literatura, sendo mais comum a discussão em torno da definição de masculinidade hegemônica (Connell, 1987, 1995; Connell; Messerschmidt, 2005). Nesse sentido, Connell (1995) ampliou o debate em torno das relações entre as masculinidades ao apresentar a relação entre masculinidades hegemônica, subordinada, cúmplice e marginalizada, mas não situou a relação entre essas outras masculinidades e a feminilidade enfatizada ou outras formas de feminilidade. Essas discussões em torno da relação entre masculinidade hegemônica, feminilidade e outras masculinidades possibilitam identificar caminhos para o desenvolvimento de masculinidades menos opressivas que possibilitem repensar a dominação masculina.

A relação entre masculinidades - uma dinâmica de poder

No livro *Masculinities*, publicado em 1995, Connell retoma as discussões em torno das relações de gênero e, principalmente, das relações entre as masculinidades. Nesse sentido, a autora amplia o debate inicial ao analisar como outras variáveis, por exemplo, orientação sexual, raça e classe socioeconômica, interseccionam-se, produzindo múltiplas hierarquias de gênero, tanto entre as diferentes categorias de gênero quanto dentro de uma mesma categoria (Connell, 1995). Destaca-se que essa relação de intersecção possibilita compreender a dinâmica da masculinidade entre os diferentes grupos sociais, assim como estabelece categorias gerais que permitem pensar as relações singulares entre indivíduos.

Ao retomar o conceito de masculinidade hegemônica, Connell (1995) reitera que esta não se refere a uma forma de agir fixa e universal, mas, sim, a um padrão de masculinidade que ocupa a posição hegemônica em uma determinada configuração das relações de gênero. Nesse sentido, a masculinidade que se apresenta como hegemônica é aquela que melhor responde aos questionamentos acerca da legitimidade do patriarcado e mantém a dominação masculina. Observa-se que essa masculinidade pode não ser a apresentada pelos indivíduos que detêm o poder institucional ou econômico, mas a correspondência entre o ideal cultural e a masculinidade manifesta, geralmente, é perpassada pela exibição corporativa da masculinidade. Exemplos são os acionistas das multinacionais, os militares e o governo, que exibem, na forma de grupos, o padrão hegemônico de masculinidade e reivindicam, com sucesso, a autoridade em determinada cultura (Connell, 1987, 1995).

A masculinidade hegemônica, não sendo a mais frequente em determinada sociedade, conta com o apoio das masculinidades cúmplices para manter-se como normativa. Nessa perspectiva, a cumplicidade se faz presente quando os homens não atendem ao padrão hegemônico, o que quantitativamente representa a maioria dos homens, mas se beneficiam da subordinação global das mulheres sem questionarem sua posição de privilégio (Connell, 1995). Ressalta-se que as masculinidades cúmplices no cotidiano podem estabelecer relações mais igualitárias de gênero, entretanto, mantêm o discurso hegemônico e desconsideram as críticas à dominação masculina.

Torna-se perceptível que a relação entre a masculinidade cúmplice e a hegemônica é baseada, dentre outros fatores, na proximidade entre o ideal estabelecido e a vivência real da masculinidade. Entretanto, nesse contínuo entre masculino e feminino, observa-se que outras masculinidades podem se situar mais próximas do polo feminino, de modo que ocupam o papel de subordinação em relação às masculinidades hegemônica e cúmplice. Destaca-se que, na perspectiva de Connell (1987, 1995), a masculinidade subordinada refere-se à relação de dominação e subordinação entre homens. Sendo assim, o caráter heterossexual da masculinidade hegemônica relega um papel de subordinação aos homens gays, entretanto a masculinidade

homossexual não é a única que ocupa o papel de subordinação, pois outras masculinidades que se aproximam do polo feminino, ainda que exercidas por homens heterossexuais, são oprimidas pelo padrão hegemônico. Observa-se que a hierarquia entre os grupos de homens ocorre na presença do rompimento com alguma característica significativa da hegemonia, como no caso da orientação sexual, ou pela maior aproximação das características atreladas à feminilidade.

Considerando-se a hierarquia entre grupos de homens, Connell (1995) analisa a intersecção entre masculinidade, classe social e raça, uma vez que diversos eventos no decorrer da história estabeleceram grupos étnicos dominantes e subordinados. As masculinidades que surgem a partir dessas relações entre classes econômicas ou entre grupos étnicos ocupam o papel de marginalização em relação à masculinidade hegemônica. Observa-se que as masculinidades marginalizadas podem se aproximar do padrão hegemônico, mas é o regime de autorização dessas masculinidades pelo grupo dominante que demarca a marginalização. Por exemplo, Connell (1995) sinaliza que os atletas negros, imbuídos de fama e poder aquisitivo, podem ser tomados como exemplos de masculinidade hegemônica, entretanto essa condição é validada pelo grupo dominante e, frequentemente, não resulta em autoridade social para os demais homens negros.

Diante do exposto, faz-se necessário salientar que as categorias de masculinidades apresentadas são ferramentas para pensar a relação entre grupos e indivíduos, sendo rejeitado qualquer caráter essencialista que determine o comportamento das pessoas, pois a masculinidade, independentemente de como for categorizada, é uma construção social e, portanto, deve ser analisada a partir das relações estabelecidas em determinada cultura (Connell, 1987, 1995; Connell; Messerschmidt, 2005). Considerar a masculinidade como construção social não implica desconsiderar as variáveis biológicas ou psicológicas, mas, sim, situar essas variáveis no contexto no qual são analisadas e não como causa primeira da masculinidade. Essas considerações retomam a conceituação inicial da masculinidade proposta por Connell e respondem a diversas críticas direcionadas a esse conceito. Outras críticas, entretanto, demandaram uma reavaliação do conceito inicial.

Repensando o conceito de masculinidade hegemônica

Após uma década da publicação do livro *Masculinities*, no qual o conceito de masculinidade hegemônica foi retomado e as discussões sobre masculinidade foram ampliadas pela concepção das masculinidades subordinada, cúmplice e marginalizada, Connell e Messerschmidt (2005) reavaliam esse conceito no artigo “Hegemonic masculinity: Rethinking the concept”. Os autores realizam uma retomada histórica do conceito focada na sua origem, formulação e aplicação, apresentam as principais críticas ao conceito e à teoria subjacente e, por fim, revisam o conceito sinalizando o que deve ser mantido, removido ou adicionado. Observa-se que, ao identificar o que deve ser descartado ou reformulado, é possível compreender quais críticas efetivamente implicam em uma reelaboração do conceito.

Partindo-se da concepção inicial de masculinidade hegemônica, conforme proposto por Connell (1987, 1995), quatro características fundamentais se mantêm após a revisão do conceito, a saber: a concepção da existência de masculinidades hierarquizadas; a visão de que a hegemonia de determinado padrão de masculinidade ocorre a partir da difusão de uma concepção de homem por diversas instituições; o fato de a masculinidade hegemônica não ser a mais frequente em determinada cultura; e, por fim, a compreensão de que a masculinidade hegemônica pode ser contestada pela feminilidade e por outras masculinidades, podendo sofrer modificações em função dessas contestações. Destaca-se que o caráter relacional e mutável das masculinidades se mantém, de modo que o estudo desse fenômeno deve ser contextualizado em função de diversas variáveis, como região, sistema econômico e período histórico, rompendo com qualquer perspectiva essencialista e universalizante.

Nesse processo de reformulação do conceito de masculinidade hegemônica, a concepção de que todas as masculinidades e feminilidades estão em torno de um padrão único de dominação dos homens sobre as mulheres foi descartada, pois observou-se que as relações entre homens e mulheres apresentam nuances pelas quais, por exemplo, as mulheres podem se apropriar de elementos da masculinidade hegemônica visando ascensão profissional, assim como para os

homens essa dominação implica tanto em benefícios quanto em custos (Connell; Messerschmidt, 2005). Ressalta-se que, nessa perspectiva, a masculinidade hegemônica pode ser incorporada tanto por homens quanto por mulheres, rompendo-se com a visão de que a masculinidade hegemônica seria performada unicamente por homens.

A respeito das reformulações do conceito, observa-se que elas ocorreram em quatro pontos específicos, a saber: uma compreensão ampliada das relações de poder entre as masculinidades, pois a hierarquia entre as masculinidades existe em todos os contextos, entretanto o direcionamento de grupos locais para a masculinidade hegemônica varia, assim como as masculinidades desenvolvidas em cada grupo são distintas uma das outras (Connell; Messerschmidt, 2005). Os autores também sinalizam que as masculinidades não hegemônicas podem permanecer por longos períodos de tempo e exercer tensão sobre a masculinidade hegemônica, de modo que esta pode incorporar elementos dessas outras masculinidades na busca por manter-se como padrão normativo.

Um segundo ponto de reformulação do conceito está no fato de se passar a considerar as regiões geográficas na análise das masculinidades, isto é, a masculinidade hegemônica deve ser pensada levando em conta os níveis local, regional e global (Connell; Messerschmidt, 2005). Nesse sentido, a masculinidade hegemônica em caráter global influencia as masculinidades regionais que, por sua vez, se relacionam diretamente à produção das masculinidades locais. Destaca-se que essa não é uma relação unidirecional e que múltiplas masculinidades hegemônicas podem se estabelecer nos níveis locais. Entretanto essas masculinidades apresentam elementos em comum que unificam-se formando a masculinidade hegemônica regional (Connell; Messerschmidt, 2005). Essa perspectiva permite pensar a construção de múltiplas masculinidades hegemônicas em locais específicos, mas também salienta que, na sociedade em geral, um modelo de masculinidade hegemônica se estabelece e se tensiona com essas outras possibilidades.

Em um terceiro momento, os autores repensam a relação entre masculinidade e corpo, pois a masculinidade é vivenciada em determinados corpos, mas esses corpos também são vivenciados dentro de um contexto social. Nesse sentido, para Connell e Messerschmidt (2005), o corpo tanto é agente quanto objeto de práticas sociais, sendo que a adesão à masculinidade hegemônica independe de uma característica corporal específica. Ressalta-se que essa concepção rompe com qualquer perspectiva que relaciona a masculinidade a um determinismo biológico.

Por fim, reformulou-se a dinâmica existente entre as masculinidades, pois a masculinidade hegemônica existe em constante tensão com outras possibilidades de ser masculino. Nesse sentido, determinado padrão se mantém hegemônico por ser efetivo em responder às tensões vivenciadas nas relações de gênero. Entretanto, quando o padrão hegemônico deixa de ser efetivo nas respostas a essas tensões, ele é substituído por uma nova configuração de masculinidade que passa a desempenhar o papel normativo. Destaca-se que, nessa perspectiva, Connell e Messerschmidt (2005) estabelecem a possibilidade de que um padrão de masculinidade pautado na relação equitativa de gênero se torne hegemônico, sinalizando que a masculinidade hegemônica não existe necessariamente para sustentar a dominação masculina.

Considerações finais

Este artigo buscou analisar as mudanças no conceito de masculinidade hegemônica no pensamento de Raewyn Connell, utilizando-se de três obras representativas da autora, nas quais o conceito é apresentado, ampliado e reformulado. A partir das análises realizadas, apresentou-se a visão inicial do conceito, seus elementos fundamentais e os principais pontos de atenção para a compreensão da teoria. Destacou-se a principal ampliação do conceito ao discutir a relação entre masculinidades hegemônica, cúmplice, subordinada e marginalizada, destacando as particularidades de cada categoria e a forma como se relacionam entre si. No último momento, abordou-se a reformulação do conceito, sinalizando quais pontos foram expandidos, descartados ou modificados, visando sempre identificar as implicações dessas alterações para a compreensão geral da teoria.

Demarca-se como um limite desta pesquisa a possibilidade de o conceito de masculinidade hegemônica ter sido alterado em outras obras da autora que não foram contempladas, a despeito

de as obras versadas serem consideradas representativas de seu pensamento. Entretanto, não obstante essa limitação, esta pesquisa contribui para a discussão sobre masculinidade ao analisar o conceito de masculinidade hegemônica, de modo que possibilita vislumbrar novos caminhos para pesquisas teóricas e empíricas. Nesse sentido, destaca-se que questões relacionadas ao uso do conceito de feminilidade enfatizada, à relação entre as múltiplas feminilidades e masculinidades para além da hegemonia, e à construção de masculinidades voltadas a relações equitativas de gênero podem ser abordadas em pesquisas que visem ampliar a compreensão das relações sociais a partir do prisma da masculinidade. Considera-se que Connell não foi a única expoente que versou a questão da masculinidade hegemônica. Nesse sentido, para maior amplitude sobre o tema, recomenda-se futuros estudos que empreguem o Procedimento de Interpretação Conceitual de Texto em outro(a)s pensador(a)s, como Antonio Gramsci e Stephen Whitehead, por exemplo.

A título de encerramento, assim como o conceito de masculinidade hegemônica proposto por Connell, este artigo não propõe uma visão última acerca do conceito investigado, mas espera contribuir para as futuras discussões sobre o tema da masculinidade ao se estabelecer como meio/ferramenta para outras análises.

Referencias bibliográficas

ARAUJO, Saulo. A investigação histórica de teorias e conceitos psicológicos: breves considerações metodológicas. In: LAURENTI, Carolina; LOPES, Carlos.; ARAUJO, Saulo (Org.). *Pesquisa teórica em psicologia: aspectos filosóficos e metodológicos*. São Paulo: Hogrefe CETEPP, 2016, p. 125-146.

ARCHER, John. The reality and evolutionary significance of human psychological sex differences. *Biological Reviews*, v. 94, n. 4, p. 1381-1415, 2019. <https://doi.org/10.1111/brv.12507>

BEM, Sandra. The measurement of psychological androgyny. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, v. 42, [S.L.], p. 155-162, 1974. <http://dx.doi.org/10.1037/h0036215>

BETZ, Nancy; FITZGERALD, Louise. Individuality and Diversity: theory and research in counseling psychology. *Annual Review of Psychology*, v. 44, [S.L.], p. 343-381, 1993. <http://dx.doi.org/10.1146/annurev.ps.44.020193.002015>

BUFKIN, Jana. Bias Crime as Gendered Behavior. *Social Justice*, v. 26, [S.L.], p. 155-176, 1999. <https://www.jstor.org/stable/29767117>

BUSS, David. Psychological sex differences: Origins through sexual selection. *American Psychologist*, v. 50 n.3, 164-168, 1995. <https://doi.org/10.1037/0003-066X.50.3.164>

CHALMERS, Alan Francis. *O que é ciência afinal?* São Paulo: Brasiliense, 1993.

COCHRAN, Sam. V. Emergence and development of the psychology of men and masculinity. In: CHRISLER, Joan; MCCREARY, Donald (Org.). *Handbook of Gender Research in Psychology: Volume 1: Gender Research in General and Experimental Psychology*. Nova York: Springer, 2010, p. 43-58.

CONNELL, Raewyn. *Gender and power: Society, the person and sexual politics*. Cambridge: Polity, 1987.

CONNELL, Raewyn. *Masculinities*. Berkeley: University of California Press, 1995.

CONNELL, Raewyn; MESSERSCHMIDT, James. Hegemonic Masculinity. *Gender & Society*, v. 19, [S.L.], p. 829-859, 2005. <http://dx.doi.org/10.1177/0891243205278639>

DA SILVA, Joasey Pollyanna Andrade; DO CARMO, Valtér Moura; RAMOS, Giovana Benedita Jaber Rossini. As quatro ondas do feminismo: lutas e conquistas. *Revista de Direitos Humanos em Perspectiva*, v. 7, n. 1, p. 101-122, 2021. <https://doi.org/10.26668/IndexLawJournals/2526-0197/2021.v7i1.7948>

EAGLY, Alice H. *Sex differences in social behavior: A social-role interpretation*. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum, 1987.

EMSLIE, Carol; RIDGE, Damien; ZIEBLAND, Sue; HUNT, Kate. Men's accounts of depression: reconstructing or resisting hegemonic masculinity? *Social science & medicine*, 62(9), p. 2246-2257, 2006. <https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2005.10.017>

- FERREIRA, Maria. Questionário Estendido de Atributos Pessoais: Uma Medida de Traços Masculinos e Femininos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 11, [S. L.], p. 155–161, 1995. <https://periodicos.unb.br/index.php/revistaptp/article/view/17243>
- GARNETS, Linda; PLECK, Joseph. Sex role identity, androgyny, and sex role transcendence: A sex role strain analysis. *Psychology of women quarterly*, v. 3, n3, p. 270-283, 1979. <https://doi.org/10.1111/j.1471-6402.1979.tb00545.x>
- GUERRA, Valeschka M; SCARPATI, Arielle S; BRASIL, Julia; LIVRAMENTO, André; SILVA, Cleidiane. Concepções da masculinidade: suas associações com os valores e a honra. *Psicologia e Saber Social*, v. 4, [S. L.], p. 72–88, 2015. <https://doi.org/10.12957/psi.saber.soc.2015.14840>
- KOROBOV, Neill. Inoculating Against Prejudice: A Discursive Approach to Homophobia and Sexism in Adolescent Male Talk. *Psychology of Men & Masculinity*, v. 5, n. 2, p. 178–189, 2004. <https://doi.org/10.1037/1524-9220.5.2.178>
- LAURENTI, Carolina; LOPES, Carlos. Metodologia de pesquisa conceitual em psicologia. In: LAURENTI, Carolina; LOPES, Carlos E.; ARAUJO, Saulo (org.). *Pesquisa teórica em psicologia: aspectos filosóficos e metodológicos*. São Paulo: Hogrefe CETEPP, 2016, p. 41-6.
- LOPES, Carlos. Relações entre pesquisa teórica e pesquisa empírica em psicologia. In LAURENTI, Carolina; LOPES, Carlos; ARAUJO, Saulo (Org.). *Pesquisa teórica em psicologia: aspectos filosóficos e metodológicos*. São Paulo: Hogrefe CETEPP, 2016, p. 15-40.
- LOURO, Guacira. *Gênero, sexualidade e educação*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- MACKEY, Wade. Support for the existence of an independent man-to-child affiliative bond: Fatherhood as a biocultural invention. *Psychology of Men & Masculinity*, v. 2, n. 1, p. 51–66, 2001. <https://doi.org/10.1037/1524-9220.2.1.51>
- MORRIS, Carol; EVANS, Nick. “Cheese Makers Are Always Women”: gendered representations of farm life in the agricultural press. *Gender, Place & Culture*, v. 8, [S.L.], p. 375-390, 2001. <http://dx.doi.org/10.1080/09663690120111618>
- O'NEIL, James. Patterns of Gender Role Conflict and Strain: Sexism and Fear of Femininity in Men's Lives. *The Personnel and Guidance Journal*, v. 60, n. 4, p. 203-210, 1981. <https://doi.org/10.1002/j.2164-4918.1981.tb00282.x>
- O'NEIL, James. Summarizing 25 Years of Research on Men's Gender Role Conflict Using the Gender Role Conflict Scale: New Research Paradigms and Clinical Implications. *The Counseling Psychologist*, v. 36, n. 3, p. 358-445, 2008. <https://doi.org/10.1177/0011000008317057>
- RUBINSTEIN, Gildi. Macho man: Narcissism, homophobia, agency, communion, and authoritarianism--a comparative study among Israeli bodybuilders and a control group. *Psychology of Men & Masculinity*, v. 4, n. 2, p. 100–110, 2003. <https://doi.org/10.1037/1524-9220.4.2.100>
- SCHNEIDER, Monica C.; BOS, Angela L. The application of social role theory to the study of gender in politics. *Political Psychology*, v. 40, p. 173-213, 2019. <https://doi.org/10.1111/pops.12573>
- SOUZA, Charles; LIMA, Marcus; FERREIRA, Diogo. Concepções de Masculinidade Hegemônica como Mediadora do Sexismo Direcionado às Mulheres. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 39, [S.L.], p. 1-12, 2023. <https://doi.org/10.1590/0102.3772e39506.en>
- SKELTON, Alan. On Becoming a Male Physical Education Teacher: the informal culture of students and the construction of hegemonic masculinity. *Gender and Education*, v. 5, [S.L.], p. 289-303, 1993. <http://dx.doi.org/10.1080/0954025930050305>
- VALÉRIO, Alex; CASTRO, Danrley; FLORÊNCIO, Tiago. Reflexões sobre masculinidades: possibilidades de interpretação a partir de uma visão analítico-comportamental. *Perspectivas em Análise do Comportamento*, v. 13, [S.L.], p. 41-53, 2022. <http://dx.doi.org/10.18761/veem.13796>